

Comissão coordena luta contra a pólio

A criação de uma comissão de Coordenação Nacional do Programa de Erradicação da Poliomielite foi um dos resultados do seminário, promovido pelo Ministério da Saúde, que reuniu, durante três dias, instituições nacionais e internacionais, inclusive as secretarias de saúde, para definir uma estratégia que leve à extinção da doença nas Américas — conforme resolução da Organização Mundial da Saúde — até o ano de 1990.

Segundo informou o secretário nacional de Ações Básicas de Saúde, João Baptista Risi Júnior, um dos maiores problemas enfrentados no desenvolvimento de ações contra a paralisia infantil consiste no sistema de notificação de casos, que não vinha fornecendo um quadro real da ocorrência da doença no País. Dessa forma, uma das sugestões apresentadas pelos grupos de trabalho do seminário foi a utilização da estrutura da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) — órgão do Ministério da Saúde responsável pelo controle de endemias — na investigação de casos da doença.

De acordo com informações do Ministério, a Sucam dispõe atualmente de mais de 20 mil homens, somente na Região Amazônica, que poderiam, conforme sugestão do seminário, detectar casos de poliomielite

nas mais longínquas regiões do País.

A palavra de ordem do Ministério é a de que, qualquer caso onde haja a presença de paralisia de início súbito, em pessoa menor de 15 anos de idade, deve ser considerado como suspeito e, imediatamente, desencadeadas as medidas de controle para evitar uma possível proliferação do poliovírus — agente causador da poliomielite.

Diante da descoberta de um caso, ainda que não esteja confirmado, disse Risi Júnior, deverá ser realizada a vacinação de bloqueio. “Este procedimento compreende a aplicação em massa de uma dose da vacina antipólio oral na população residente na área, considerados aspectos como concentração demográfica, fluxo de pessoas, entre outros. A partir de agora, cada caso será considerado como um surto”, explicou o secretário.

Uma das questões mais abordadas pelos participantes do seminário foi a da falta de recursos humanos e materiais com que os Estados trabalham na luta contra a poliomielite. Diante desse quadro, Risi Júnior explicou que a proposta de erradicação da poliomielite faz parte do programa de prioridades sociais, que representa um compromisso do Governo com a Nação.

Assim, acrescentou Risi, “cada equipe estadual deverá proceder um levantamento das necessidades locais e elaborar uma proposta, pois recursos não haverão de faltar”.

O secretário anunciou que a estratégia dos dias nacionais de vacinação continuará neste ano — nos dias 14 de junho e 16 de agosto — considerando-a extremamente importante para o plano de erradicação da paralisia infantil.

O que deve ser feito agora, acrescentou, “é uma intensa discussão sobre as causas do declínio da cobertura vacinal registrado em alguns Estados. Devemos revisar o treinamento de pessoas, a supervisão e reestudar todas as estratégias operacionais, de modo a atingir índices de cobertura satisfatórios”.

Uma das preocupações dos seminaristas foi a de buscar a efetiva participação da comunidade para efeito de erradicar a poliomielite. A proposta inclui a manutenção de contatos sistemáticos com associações de classe, sindicatos, o clero, enfim, as diversas instituições da sociedade civil, com objetivo de não apenas veicular mensagens de caráter convocatório às campanhas de vacinação, mas dar uma visão real da situação da paralisia infantil no País e estimular a participação da sociedade na sua erradicação.